



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.
CEP: 70.308-200 – Brasília/DF
(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 18 E 19 DE FEVEREIRO DE 2016

1 No dia 18 e 19 de fevereiro de 2016 realizou-se a 13ª Reunião Ordinária do Conselho
2 Nacional dos Direitos Humanos, na Sala Plenária do 10º andar da Secretaria de Direitos
3 Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, em
4 Brasília/DF, com os seguintes pontos de pauta: aprovação das atas das 11ª e 12ª
5 Reuniões Ordinárias; informes (Mesa Diretora, relato das reuniões das Comissões e
6 Calendário de Reuniões Ordinárias); aprovação do Regimento Interno da 12ª
7 Conferência Nacional de Direitos Humanos; seminário Classificação Indicativa; relato
8 do GT socioambientais da Bacia do Rio Doce e agendamento da nova visita e GT dos
9 Povos Indígenas e Quilombolas da Região Sul; planejamento estratégico – devolutiva e
10 plano orçamentário do CNDH; Lei antiterrorismo – informes e deliberações; PEC 215 –
11 Informes e deliberações; resolução Conjunta nº 02, de 13/10/2015, Conselho Superior
12 de Polícia e do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, sobre os Autos de
13 Resistências e o PL 4471; caso de assédio moral e sexual na USP; situação do sistema
14 socioeducativo do estado do Ceará; população em situação de rua no Paraná e reunião
15 das Comissões. Estiveram presentes na reunião as conselheiras e conselheiros
16 representantes da sociedade civil: Ivana Farina Navarrete Pena (Conselho Nacional dos
17 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular);
18 Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, suplente); Adelar
19 Cupsinski (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular); Leonildo José Monteiro
20 Filho (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); Darci Frigo
21 (Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca – Brasil, titular); Maria Madalena Nobre
22 (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD, suplente);
23 Carlos Magno (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e
24 Transexuais -ABGLT, titular); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (Movimento
25 Nacional dos Direitos Humanos – MNDH, titular); Helena Martins do Rêgo Barreto
26 (Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, titular); Edson Luís de França
27 (União de Negros pela Igualdade – UNEGRO, suplente); Sandra Greco de Fonseca
28 (Aldeias Infantis SOS Brasil, suplente) e Maria Dirlene Trindade Marques (Rede
29 Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, titular). Como
30 conselheiras e conselheiros representantes do Poder Público estiveram presentes: Paulo
31 Roberto Martins Maldos (Secretaria de Direitos Humanos – SDH, suplente); Pedro
32 Saldanha (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); Edson Rodrigues
33 Marques (Defensoria Pública da União – DPU, titular); Claudionor Leitão (Defensoria
34 Pública da União – DPU); Thiago Garcia (Secretaria de Direitos Humanos - SDH,



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

35 suplente) Aurélio Rios (Procuradoria Geral da República, suplente) Luciano Mariz Maia
36 (Procuradoria Geral da República, suplente); Mário Henrique Dittício (Ministério da
37 Justiça, suplente); Diana Calazans Mann (Departamento de Polícia Federal, suplente);
38 Luciana Lóssio (Conselho Nacional de Justiça – CNJ) e Gabriel de Carvalho Sampaio
39 (Ministério da Justiça – MJ, titular). Estiveram presentes pela Coordenação do CNDH:
40 Cledisson Junior (Coordenador-Geral do CNDH); Cristiane Castro da Cruz (assessora
41 do CNDH); Cláudio Picanço Magalhães (assessor do CNDH). A reunião contou
42 também com a presença dos participantes: Rosane Farias Silva (apoio ao CNDH);
43 Anderson da Silva Soares (apoio ao CNDH); Layla Maryzandra (apoio ao CNDH); Igor
44 Valois (PFDC/MPF) e Bruna Lóssio (assessora – CNJ). Dando início à 13ª Reunião
45 Ordinária do Conselho Nacional dos Direito Humanos, a Vice-Presidente do CNDH
46 Ivana Farina (CNPJ) desejou bom dia a todas e a todos e colocou em pauta a aprovação
47 da 11ª e 12ª reuniões Ordinárias. Foram solicitadas as seguintes alterações: Ata da 11ª
48 Reunião linhas duzentos e quarenta e cinco e duzentos e quarenta e seis - fez esse alerta
49 aos senadores, que eram 2 e a um deputado; linha duzentos e cinquenta e seis – recém
50 assumido cadeira no STJ; linha mil seiscentos e três – documentação sobre casos de
51 tortura no Piauí e não presídio; linha mil cento e trinta e quatro – corrigir o nome do
52 Senador Aluízio Nunes Ferreira; linhas mil duzentos e setenta e cinco - a posição do
53 cndh **não** é 100 por cento contrária a qualquer lei semelhante; linhas mil seiscentos e
54 cinco - apresentou um **áudio** da fala do delegado Emir Maia e da perícia de direitos
55 humanos, solicitando a atuação de instâncias de direitos humanos; Ata da 12ª
56 Reunião, linha cento e setenta e três – verificar se foram enviados documentos para as
57 entidades (não é mudança na ata e sim verificar o encaminhamento); linhas cento e
58 cinquenta e sete - por conta do acompanhamento do GT da ONU sobre empresas e
59 direitos humanos; linha cento e dois – disse que o Ex-deputado Pedro Wilson, que foi
60 integrante da Comissão de aprovação do CNDH; linhas noventa e dois e noventa e três -
61 pendência da publicação do relatório Belo Monte; linha cento e oito – cada um com sua
62 institucionalidade. Dando início aos informes, O conselheiro Everaldo Patriota cobrou a
63 publicação do regimento interno com as modificações e demais pendências de
64 deliberações das reuniões plenárias anteriores. Disse que as deliberações não podem ser
65 perdidas pelo fluxo burocrático da SDH. Colocou a necessidade de se definir um
66 período de 30 dias para que todas as pendencias fossem resolvidas. A Vice-presidente
67 do CNDH Ivana Farina relatou as atribuições da Mesa Diretora. Disse que as tarefas da
68 Vice-presidente não substitui a atuação do Presidente. Em seguida, informou a adição
69 na pauta do caso da execução do defensor de direitos humanos na Bahia, Marcos
70 Vinícius de Oliveira, e os informes do GT dos Indígenas e Quilombolas da Região Sul.
71 A Conselheira Maria Dirlene apresentou a proposta de adicionar à pauta as dificuldades
72 nos encaminhamentos pela Secretaria Executiva do Conselho. A proposta foi tratada no



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

73 período da tarde. O conselheiro Darci Frigo informou sobre a visita da Relatora da ONU
74 dos direitos dos povos indígenas, Vitória Tauli-Corpuz, que irá ao Mato Grosso do Sul.
75 No dia 09 de março de 2016, a relatora participará de uma reunião com membros do
76 CNDH. Nos dias 10 e 11 de março irá para o Mato Grosso do Sul. Os conselheiros
77 Thiago Garcia e Adelar Kupsinski irão acompanhar a relatora. A proposta do GT é
78 realizar três missões, sendo a primeira no dia 28 de março a 03 de abril de 2016. O
79 conselheiro Carlos Magno apresentou os informes sobre a Comissão dos Defensores e
80 de Enfrentamento a Criminalização dos Movimentos Sociais. O conselheiro Leonildo
81 Monteiro colocou que a violência contra a população em situação de rua tem sido
82 frequente e pede que a Comissão inclua os casos. A conselheira Lurdinha Nunes fez o
83 relato da reunião da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Nacional dos Direitos
84 Humanos, e mostrou sua preocupação sobre a não realização de conferências em alguns
85 estados e que o CNDH tinha decidido que enviaria ofícios aos estados cobrando a
86 realização. Disse que nos casos em que o governo do estado não realizar, deve ser
87 liberada a realização de conferências pela sociedade civil. Disse que a SDH deve
88 viabilizar que os representantes das conferências convocadas pela sociedade civil
89 possam participar da conferência nacional, com envio de suas propostas e delegados.
90 A Vice-presidente do CNDH Ivana Farina disse que levaria o caso para o Comitê
91 Executivo das Conferências. Foram definidos na reunião os conselheiros que irão
92 participar das conferências estaduais: Acre – Lurdinha Nunes; Alagoas – Everaldo
93 Patriota; Amapá – Lurdinha Nunes; Amazonas – Lurdinha Nunes; Bahia – Ivana Farina
94 Espírito Santo – Leonildo Monteiro; DF - Maria Madalena Nobre; Maranhão – Edson
95 França; Mato Grosso – Thiago Garcia; Pará – Maria Madalena Nobre; Paraíba –
96 Luciano Mariz Maia; Paraná – Leonildo Monteiro e Darci Frigo; Rio de Janeiro –
97 Silvana Abramo; Rio Grande do Sul – Diana Mann; Santa Catarina – Adelar Kupsinski
98 São Paulo – Edson França; Sergipe - Carlos Magno. O Conselheiro Thiago Garcia
99 apresentou o histórico da criação do Grupo de Trabalho sobre as Populações Afetadas
100 pelo Rompimento da Barragem da Mineradora Samarco na Bacia do Rio Doce e a
101 missão em Minas Gerais que contou com uma reunião com os atingidos pelo
102 rompimento da barragem da mineradora Samarco e com o Secretário de Direitos
103 Humanos de Minas Gerais, Nilmário Miranda. O GT da ONU elaborou um relatório que
104 recomenda que o Brasil deva respeitar os direitos humanos nos projetos de
105 desenvolvimento. O relatório parcial do GT apresentou as seguintes conclusões: foi
106 verificada a falta de um plano de comunicação aos atingidos; ausência de cadastramento
107 de todos os atingidos pela barragem; necessidade de uma maior visibilidade dos
108 atingidos em outras cidades, inclusive as do estado do Espírito Santo. A nova missão
109 prevê uma reunião com o estado, com o Ministério Público, com as empresas e
110 comunidades indígenas. A conselheira Maria Dirlene relatou a ação do Ministério



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

111 Público Estadual e do Ministério Público Federal e o andamento do inquérito da Polícia
112 Civil. Disse que cada entidade, seja ela da sociedade civil ou do Poder Público, trabalha
113 em uma determinada direção e caberia ao GT aglutinar essas entidades para uma ação
114 conjunta. O conselheiro Pedro Saldanha disse que o relatório da ONU ainda é
115 preliminar e por isso tem que ser olhado com cautela. Pediu que toda interação com
116 órgãos da ONU fosse feita via MRE e que teria toda disponibilidade em ajudar.
117 O GT do dos atingidos pela Foz do Rio Doce apresentou uma proposta de nova missão
118 na área atingida. Dando continuidade à pauta da 13ª Reunião foi apresentado a
119 devolutiva sobre o planejamento estratégico do CNDH. A representante da SOS -
120 Aldeias Infantis apresentou o resultado do planejamento estratégico. As conselheiras
121 Helena Martins e Maria Dirlene falaram das dificuldades do encaminhamento das
122 deliberações. Como exemplo, citou a reunião do grupo de monitoramento do sistema
123 socioeducativo do Ceará, marcada para o dia seguinte após a plenária, em que não
124 foram enviados documentos e convites para as representantes e nem foram garantidas as
125 passagens. Foi deliberado que haverá uma reunião com o secretário Rogério Sottili para
126 tratar do funcionamento do Conselho. Serão apresentadas as pendências de
127 encaminhamento e a questão da publicidade das deliberações do Conselho
128 (comunicação). A conselheira Helena Martins apresentou a atualização de informações
129 sobre as unidades socioeducativas do Ceará. Cobrou uma postura incisiva do Conselho
130 em relação à situação. Disse que o processo acabou gerando um maior fechamento da
131 comunicação do estado com a sociedade civil. O secretário Rodrigo Torres (Secretaria
132 Nacional De Promoção Dos Direitos Da Criança e do Adolescente) apresentou o
133 histórico da construção do grupo de monitoramento. Falou da atuação dos conselhos,
134 CONANDA e CNDH, na garantia da dignidade da pessoa humana. O grupo irá se reunir
135 no dia 19 de março de 2016 em Fortaleza. Disse que o Secretário Rogério Sottili está
136 buscando um diálogo com o CNJ para uma priorização do meio aberto como forma
137 prioritária de medida. Informou que estará na reunião do grupo de monitoramento,
138 juntamente com o Secretário Paulo Maldos (SDH) e que irão a todas as unidades
139 socioeducativas. A conselheira Helena Martins disse que o fórum DCA foi comunicado
140 no dia anterior sobre a reunião sem nenhuma pauta definida. Por isso, não sabe o que
141 será tratado na reunião e se isso não dará apenas visibilidade ao estado, sem ações
142 concretas definidas. O Secretário Rodrigo Torres (Secretaria Nacional de Promoção dos
143 Direitos da Criança e do Adolescente) respondeu que a reunião foi provocada pelo
144 Governo Federal e por isso, o espaço pode fortalecer a cobrança de execução, inclusive
145 com o TAC que foi assinado. Disse que a representação no espaço é qualificada, pois
146 conta com integrantes do Ministério Público, do Judiciário, da Sociedade Civil e dos
147 conselhos. Informou que no dia 24 de fevereiro haveria uma reunião do Comitê de
148 Combate à Tortura e solicitou a participação de representante do Conselho. A



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

149 conselheira Helena Martins apresentou o caso enviado à conselheira Silvana Abramo
150 sobre a unidade socioeducativa de Jatobá, na Fundação Casa. Foi deliberado pelo envio
151 de convite ao Governador do Estado do Ceará e ao Secretário Josbertini Clementino
152 para participarem de uma Plenária conjunta entre o CONANDA e o CNDH; o caso da
153 unidade socioeducativa de Jatobá, na Fundação Casa foi recepcionado e será enviado
154 para a Comissão da População em situação de Privação de liberdade. O CNDH irá
155 oficiar o Juiz para o envio do vídeo. Em seguida, o conselheiro Paulo Maldos relatou o
156 caso do homicídio contra o psicólogo Marcos Vinícius Ferreira, que foi assassinado em
157 Itaparica - BA, onde morava, na sexta-feira após o carnaval. Disse que houve um
158 esforço do governo do estado da Bahia na elucidação do caso. A Polícia Civil disse que
159 já há suspeitos e que na próxima semana haveria algum informe sobre a situação. Foi
160 deliberado pelo encaminhamento do caso para a Comissão de Defensores e de
161 Enfrentamento a Criminalização dos Movimentos Sociais e de defensores assassinados
162 no Maranhão. Foi colocada em pauta a deliberação da nota do CNDH sobre a Lei
163 antiterrorismo. Foi verificado que o texto aprovado, não foi publicado nem
164 encaminhado à Casa Civil. Foi deliberado que a nota será levada em mãos em reunião
165 agendada com o Chefe da Casa Civil. O próximo ponto de pauta tratou da Resolução Nº
166 2 do Conselho Superior de Polícia que trata dos Autos De Resistência. A resolução foi
167 lida pela Vice-presidente do CNDH, Ivana Farina. Disse que apesar de ser uma
168 iniciativa positiva, o PL4471 e a resolução do CNMP são mais abrangentes. O
169 conselheiro Gabriel Sampaio disse que o PL 4471 está pronto para ser votado em
170 Plenário, uma vez que já passou por todas as comissões e reforçou a necessidade de
171 ações do CNDH para viabilizar a aprovação do PL, como reuniões com representantes
172 dos líderes das bancadas. Foi deliberado pela realização de reuniões na Câmara
173 Legislativa para tratar do PL 4471, promover o diálogo com o CNPG para uma reunião
174 com representantes da Comissão de Segurança Pública e enviar para as duas entidades
175 que fizeram as resoluções uma nota do Conselho parabenizando-os. Foi discutido sobre
176 a posição do STF quanto à Execução da Pena após 2ª Instância. O conselheiro Everaldo
177 Patriota apresentou o posicionamento da OAB contra a posição do STF. Disse que 15%
178 dos recursos são aceitos. Lembrou que a Lei da Ficha Limpa deu início a essa situação,
179 uma vez que, julgado em segunda instância, o cidadão fica impedido de ser votado.
180 A conselheira Luciana Lóssio disse que vivemos uma crise de valores e de ética, mas
181 não é suprimindo direitos que se atingiria esse objetivo. O conselheiro Gabriel Sampaio
182 disse que seria bom aguardar a publicação do Acórdão e tentar sensibilizar os ministros
183 para que não se fechem portas para mudança de posição, em um novo consenso jurídico.
184 O Conselheiro Aurélio Rios (PGR) disse que o tema é bastante concreto e está de
185 acordo com o princípio da presunção de inocência. Relatou que o caso dos presos
186 provisórios é que seria inadmissível, pois representam 40% dos atuais presos. Disse



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

187 ainda que 90% dos casos de homicídios no Brasil não são investigados. A decisão do
188 STF não causa uma quebra da democracia e perda de direitos, uma vez que necessitaria
189 de condenação em primeira e segunda instâncias. Ressaltou que os casos de homicídios
190 demoram mais de 10 anos para serem executados, caso o réu tenha possibilidade de
191 recursos. A conselheira Ivana Farina disse que já realizou audiências que, em sua
192 experiência, no final sabia que a pena não seria aplicada, por conta que a pena estava
193 prescrita. Lembrou que o próprio Conselho já defendeu muitas vezes a prisão
194 antecipada por risco de pessoas ameaçadas. Então defendeu que seja necessário pelo
195 menos conhecer o Acórdão que ainda não foi publicado. A conselheira Maria Dirlene
196 disse que ações de diminuição de direitos estão acontecendo utilizando-se do argumento
197 de que há um clamor popular. Defendeu que adiar um posicionamento poderia ser
198 perdida a possibilidade de se reverter esse entendimento, antes da publicação do
199 Acórdão. Duas propostas foram colocadas em votação: 1ª O Conselho se pronunciar por
200 meio de nota contra a decisão do STF; 2ª O Conselho aguardar a publicação do Acórdão
201 para que em uma próxima reunião se decida qual o posicionamento. Resultado da
202 votação: 8 (oito) conselheiros a favor da 1ª proposta (Everaldo Patriota, Claudionor
203 Leitão, Leonildo Monteiro, Edson França, Luciana Lóssio, Carlos Magno, Maria
204 Dirlene e Darci Frigo); 6 (seis) conselheiros a favor da 2ª proposta (Aurélio Rios,
205 Gabriel Sampaio, Lurdinha Nunes e Ivana Farina); 1 (uma) abstenção (Helena Martins).
206 Resultado: ganhou a proposta do CNDH enviar uma manifestação de preocupação com
207 a decisão. A proposta de manifestação foi elaborada pela conselheira Luciana Lóssio e
208 discutida e aprovada pelos conselheiros. A Vice-presidente do CNDH Ivana Farina leu o
209 resumo da documentação enviada sobre o caso de tentativa de estupro nas dependências
210 da Universidade de São Paulo – USP. Foi deliberado pela solicitação ao reitor da USP e
211 a vítima esclarecimentos sobre o andamento do caso. A Mesa Diretora irá analisar o
212 caso. O conselheiro Leonildo Monteiro (MNPR) relatou o caso de incitação à violência
213 na nota divulgada pela Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas – ABRABAR,
214 que defende o uso da força para a retirada da população em situação de rua dos espaços
215 públicos. O conselheiro Everaldo Patriota sugeriu fazer uma nota a ABRABAR para
216 que se busque uma solução para os que não tem teto. Deliberações: solicitar ao
217 Ministério Público informações sobre o que foi feito em relação à denúncia. Mandar
218 uma nota ao Prefeito e ao Governador do Estado do Paraná. O Conselheiro Claudionor
219 irá elaborar a nota a ser enviada. O conselheiro Adelar Kupsinski apresentou os
220 informes sobre a PEC 215. A PEC já passou pelas comissões e irá ao plenário. O
221 conselheiro Gabriel Sampaio disse que seria importante a visita de integrantes do
222 Conselho aos líderes dos partidos e realizar contatos com os parlamentares. Os líderes
223 dos partidos podem influir na pauta do dia. A conselheira Helena Martins perguntou se
224 existe um mapeamento dos deputados em relação à tendência de voto. Lembrou o



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Setor Comercial Sul – B, quadra 09, lote C – Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 10º andar.

CEP: 70.308-200 – Brasília/DF

(61) 2027 3349 / 3907 - E-mail: cndh@sdh.gov.br

225 mapeamento que fizeram no caso da redução da maioria penal e que a ação
226 direcionada poderia ser mais efetiva. Foi deliberado pela realização de vistas ao
227 congresso para tratar do PL. Foi encerrada a 13ª Reunião Ordinária.